



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**ATA DA 249ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

LOCAL: Modalidade à distância.

DATA: 25 de fevereiro de 2021

HORÁRIO: 13h

Presentes à Reunião

SES: Alexandre Lencina Fagundes (Secretário Adjunto de Estado da Saúde), Ramon Tartari (SUR); Carmem Regina Delziovo (SPS); Grace Ella Berenhauser (GECO); Hanna Karine Barcelos (GECOS), Helma Finta Uba (GEPRO), Lourdes de Costa Remor (Secretária da CIB).

COSEMS: Manuel Rodriguez Del Olmo (São Bento do Sul), Jainara Nórdio (Porto Belo), Carlos Alberto Justo (Florianópolis), Claiton Camargo de Souza (Lages), Daisson José Trevisol (Tubarão), Kamille Sartori Beal (Capinzal); Jean Rodrigues (Joinville); Mauro Cesar Barella (Iporá do Oeste), Elton Gandin (Santa Cecília).

APROVAÇÃO DA ATA

Não Houve Ata a ser aprovada.

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A 249ª Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite, coordenada pelo Coordenador da CIB/COSEMS Manuel Del Olmo.

1 DELIBERAÇÕES

2 Manuel Del Olmo, Secretário Municipal de Saúde de São Bento do Sul e
3 Presidente do Cosems inicia a reunião e passa a palavra ao Secretário Adjunto
4 de Estado da Saúde e Coordenador da CIB/SES Alexandre Lencina Fagundes.
5 O Coordenador da CIB/SES informa que o Ministério Público está presente,
6 representado pelo Promotor Douglas Roberto Martins. Alexandre Fagundes
7 espera que todos tenham serenidade para poder pactuar o recurso Covid-19,
8 item de pauta.

9

10 **A) RECURSO COVID, PORTARIA MS 3.896/2021, RECURSO COVID-19 NO VALOR DE R\$**
11 **32.623.321,31, RECEBIDOS DO MS.**

12 Alexandre Lencina Fagundes, Secretário Adjunto de Estado da Saúde e
13 Coordenador da CIB/SES, inicia questionando que o Cosems possui alguma
14 proposta a ser apresentada para a pactuação do recurso. Manuel Del Olmo,
15 Coordenador da CIB/Cosems, coloca que a proposta do Cosems não foi
16 alterada, continua como anteriormente proposto 70% e 30% respectivamente
17 para os municípios e estado. Manuel Del Olmo cita que estavam na expectativa
18 de uma nova proposta da SES. Solicita que a SES esclareça melhor a proposta
19 apresentada na reunião anterior para que todos os municípios entendam a



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

20 necessidade de que 100% do recurso fique no estado como é a proposta da
21 SES da reunião anterior. Alexandre Fagundes contextualiza a situação da
22 pandemia no estado, iniciando pela Região do Grande Oeste que está com a
23 estrutura hospitalar sobrecarregada, embora, tenham ampliado leitos de UTI e
24 leitos clínicos e mesmo assim, não estão sendo suficientes. Cita que Rio Grande
25 do Sul, Minas Gerais estão com situações similares ao Estado de Santa
26 Catarina, sendo essa situação a pior desde que teve início a pandemia. Cita
27 ainda, que a evolução da pandemia parece estar no país todo. Cita que a
28 Portaria MS 3.896/2021 do recurso Covid, no seu Art. 4º traz que o recurso deve
29 ser aplicado na atenção especializada, Vigilância em Saúde, na assistência
30 farmacêutica, na aquisição de insumos, no custeio de leitos de UTI Covid, no
31 custeio de leitos com assistência ventilatória pulmonar e no enfrentamento do
32 novo Coronavírus. Alexandre coloca que em 2020 foram encaminhados 784
33 leitos para serem habilitados pelo MS, mas está havendo dificuldades no MS em
34 renovar as habilitações Covid e habilitar novos leitos. No mês de janeiro, dos
35 leitos que foram encaminhados para habilitação, somente 418 tinham
36 habilitação, os demais serão custeados pelo estado, pela Medida Provisória 231
37 de 14 de dezembro de 2020 do Governo do Estado e Portaria SES 988/2020.
38 Em fevereiro, somente 124 leitos estão habilitados, os demais serão custeados
39 pelo estado. O estado está buscando leitos e destinando recurso para custeio de
40 cada 10 leitos clínicos que forem abertos em cada hospital no valor de R\$
41 70.000,00 durante 03 meses por meio de convênio. O estado também vem
42 dando suporte de custeio de Covid nos hospitais com leitos Covid para
43 implementar aquisição de insumos e pessoal. Carmem Regina Delziovo,
44 Superintendente de Planejamento da SES, informa que realizaram a prestação
45 de contas na ALESC do último quadrimestre de 2020. Cita que foi comentado
46 que a SES somente repassa recurso, que não coloca recurso próprio. No último
47 item da prestação de contas, no enfrentamento da pandemia Covid -19 descreve
48 que o Estado pagou de fonte 100, fonte própria, R\$ 110.000.792,26 além do que
49 foi repassado por meio de convênios também de fonte 100, no valor de R\$
50 175.147.463,68. Somado a isso, em 2021 não foram habilitados leitos de UTI
51 Covid e nem há perspectivas de quando serão habilitados. Alexandre Lencina
52 Fagundes refere que a situação já é de espera dos pacientes por leitos para
53 internação. Que esteve em Joinville onde o cenário está ruim, que esteve em
54 contato com o Sul, com a Serra, Blumenau e outros, para prepararem para o
55 cenário que se aponta. Alexandre menciona que a Portaria MS do recurso Covid
56 permite aplicar em ações de vigilância em saúde, isto é, pode ser na aquisição
57 de vacinas. Se for o caso do governo de adquirir vacinas, esse recurso poderia
58 também ser utilizado para isso. Alexandre coloca que o recurso pode ser
59 partilhado entre o estado e os municípios, mas chama atenção para a métrica a
60 ser utilizada, que esse recurso pode ser diluído, sendo ineficaz para o combate a
61 Covid -19 que seria o foco no momento. Manuel Del Olmo, Coordenador da
62 CIB/Cosems, cita que o estado solicitou que os municípios fizessem um esforço
63 extra com relação à atenção primária à saúde, que profissionais treinados com
64 capacidade, poderiam ser postos a disposição de estrutura hospitalar em casos
65 excedentes. Manuel Del Olmo cita o Decreto do Governo do Estado de Santa
66 Catarina, publicado no dia 24 de fevereiro de 2021, considerando-o muito tímido



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

67 no combate à pandemia. Outra coisa a ser colocada é que a métrica da partilha
68 seria aquela da PT 1.666/2020 pelo per capita. Cita ainda, os municípios
69 pequenos alegam que, mesmo que o recurso seja pequeno a receber pela
70 divisão per capita, auxilia nos gastos que estão tendo no enfrentamento da
71 Covid. Cita que não percebeu dos municípios a intenção de que o recurso não
72 fique totalmente no estado, que não estão dispostos a abrir mão desse recurso.
73 Manuel Del Olmo, referente às interferências com as entradas de participantes
74 na sala, cita que seria interessante que não houvesse essas interferências, que
75 atrapalham o raciocínio dos que estão falando na reunião sobre assuntos muito
76 importantes para serem pactuados. Participantes que ficam com microfone
77 aberto. Seria um apelo, uma súplica, cita Manuel Del Olmo. Claiton Camargo,
78 Secretário Municipal de Lages, com relação ao recurso, cita que os municípios
79 possuem outras demandas. Jean Rodrigues, Secretário Municipal de Joinville,
80 cita que está até escolhendo qual problema abordar. Refere que o Município de
81 Joinville não tem problemas em abrir mão do recurso para o Estado. Cita que
82 algumas coisas somente o Estado teria condições de realizar agora, que seria
83 contratar mão de obra. O município tem autonomia, mas alguém tem que tomar
84 a decisão. Sugere que se coloque uma proposta efetiva, como exemplo, cita que
85 Joinville recebeu números insuficientes de doses de vacinas para vacinar os
86 trabalhadores de saúde. Cita ainda, que o Estado possui a melhor organização
87 para contratação de pessoal e aquisição de insumos e ou equipamentos. E que
88 o Estado esclareça no que será aplicado o recurso, não vê problemas em que o
89 recurso fique no Estado. Ramon Tartari, Superintendente de Regulação da
90 SES, inicia sua fala, parabenizando o Secretário Jean Rodrigues de Joinville
91 pelo entendimento claro da situação do momento. Que é necessário alocar o
92 recurso de acordo com o momento. Cita que viajou a Rio Grande Do Sul e ficou
93 encantado com a união do Estado, Cosems e Ministério Público naquele Estado.
94 Coloca que a situação de Santa Catarina é aterrorizante. As UTIs estão lotadas
95 e, hoje ao meio dia, haviam 104 pacientes na central de regulação a espera de
96 leito de UTI. Todos estão exauridos. Os hospitais necessitam de insumos,
97 equipamentos, EPI. Cita que é no hospital que deve ir esse recurso no momento.
98 Não é para atenção primária que deve ir esse recurso agora. Foi solicitada a
99 aquisição de muitos equipamentos para prestar, transformar leito, no mínimo,
100 com assistência ventilatória aos pacientes. Informa que há hospitais que não
101 possuem entrada para oxigênio (bico de oxigênio). Há 800 leitos de UTI no
102 estado, todos ocupados e ainda com uma fila de espera hoje. Nos últimos dias, o
103 consumo de leitos é de 30 por dia. No RS informam que estão colapsados. Que
104 estava indo uma criança daqui para cirurgia no RS e foi suspensa a cirurgia pela
105 necessidade de utilização daquele respirador para paciente Covid. Em SP,
106 informam que em 20 dias, há perspectiva de colapso. Também cita o Paraná. A
107 necessidade de recurso no momento é para o hospital, para leitos de UTI,
108 sobretudo. É necessário alocar o recurso corretamente, em leitos de terapias
109 intensivas, nas emergências, na assistência ventilatória. O Sistema está
110 suplantado pela Covid -19. Carlos Alberto Justo, Secretário Municipal de Saúde
111 de Florianópolis, questiona se o Governador do Estado escutou a sua fala
112 durante a prestação de contas na ALESC, pois as medidas adotadas pelo
113 Governador são inócuas e ai, daqui a duas semanas não vai adiantar nem ter



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

114 dinheiro disponível. Acredita que seria necessário ouvir os secretários municipais
115 sobre as medidas adotadas pelo Decreto Estadual publicado. É necessário o
116 distanciamento social, utilização de máscaras e uso adequado dos protocolos já
117 estabelecidos para a prevenção da Covid. Manuel Del Olmo cita que já está
118 circulando um documento no Grupo Gestores sobre as angústias dos secretários
119 municipais de saúde. Daisson Trevisol, Secretário Municipal de Saúde de
120 Tubarão, refere, parabenizando as falas dos secretários de Florianópolis e de
121 Joinville. As dificuldades são as mesmas em todos os municípios. Por possuir
122 conhecimento epidemiológico, cita que as ações previstas no Decreto são
123 inócuas nesse momento. Coloca que as ações devem ser mais coletivas, como
124 exemplo, cita que não adianta o Município de Imbituba fechar e o Município de
125 Garopaba não. Com relação às vacinas, acredita não adianta comprar pelo
126 Estado, pois acredita, que se isso acontecer o Governo Federal irá pegar essas
127 vacinas e distribuir igualmente em todo o país. É necessário programar,
128 guardar dinheiro para os casos que forem necessários. Quanto à distribuição do
129 recurso para todos os municípios, Daisson Trevisol refere que “se não forem
130 bem aplicados esses recursos pelos Municípios, será ineficiente essa
131 distribuição per capita. Talvez, o Estado seja o melhor aplicador nesse momento
132 pela situação que se apresenta e assim, acabaremos com essa demanda para
133 evoluirmos com outras demandas”. Alexandre Fagundes chama atenção, citando
134 que a angústia dos Municípios e a mesma do Estado. Alexandre Fagundes
135 ressalta que o Estado possui a Medida Provisória 231 de 14 de dezembro de
136 2020 do Governo do Estado e Portaria SES 988/2020 que permite pagar leitos
137 de UTI Covid até 31 de março de 2021. E, que se os Municípios ficarem com
138 esse recurso, também deverão aplicar nessas ações previstas no Decreto e
139 Portaria citados. Nesse momento, Alexandre Fagundes cita que não é
140 importante com quem ficará o recurso. O importante é que atende as
141 necessidades sanitárias do momento. O Estado, como o condutor das políticas
142 de saúde do estado não tem medido esforços para o enfrentamento da Covid,
143 elaborando convênios e outras formas de repasse. Como ordenador das
144 políticas, não há mais horas sobrando para que se trabalhe para isso. Solicita
145 ao Cosems, por fim, se a proposta do Cosems é a partilha do recurso em 70% e
146 30% como foi citado. Alexandre Fagundes reforça mais uma vez que, se o
147 recurso ficar na gestão estadual, será aplicado conforme o Art. 4º da Portaria.
148 Manuel Del Olmo, Coordenador da CIB/Cosems solicita ainda, que outros
149 representantes dos municípios se manifestem. Kamille Sartori Beal, Secretária
150 Municipal de Capinzal, coloca que a planilha solicitada ao Estado seria para
151 mostrar os hospitais em que serão aplicados esses recursos, não ficando
152 somente com os hospitais próprios da SES. Cita que sabe que a Região do
153 Oeste está numa situação calamitosa. Jainara Nórdio, Secretária Municipal de
154 Porto Belo, se for a melhor indicação, que o recurso fique no Estado, não será
155 contra, embora lembre que os Municípios fizeram aporte e estão tendo gastos.
156 Mas, se o melhor para este momento é que o recurso fique no Estado, levará
157 para a Região que votou favorável, mas, solicita que tenha clareza quanto à
158 aplicação. Alexandre Fagundes informa que estiveram em Criciúma, para
159 custeio de leitos em Criciúma; também em Joinville, Chapecó, Xanxerê para
160 implantação e custeio de leitos. Cita que fica difícil pormenorizar onde será



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

161 aplicado neste momento. Mas, refere que a SES prestará contas da destinação
162 desse recurso, se ficar na gestão estadual. Lembra ainda, que o MS não
163 habilitou leitos Covid esse ano, sendo que estes estão sendo custeados pelo
164 Estado. Menciona que o posicionamento do Secretário de Estado da Saúde
165 André Motta Ribeiro é o mesmo. Carlos Alberto Justo, Secretário Municipal de
166 Florianópolis, coloca que os dois entes federados deverão prestar contas se
167 ficarem com esse recurso. Quanto à eficiência, acredita que não tenha tanta
168 diferença. O que o Estado está colocando nesse momento é a efetividade e
169 nesse momento a pulverização não seria a melhor solução. Sugere que se dê
170 um crédito ao Estado, deixando o recurso na gestão estadual e que a SES
171 preste contas em CIB, sobre a aplicação do recurso em todas as Regiões, para
172 que todos se sintam contemplados. Kamille Sartori Beal, Claiton Camargo,
173 Manuel Del Olmo, Daisson Trevisol, Jainara Nórdio, Jean Rodrigues estão de
174 acordo com a sugestão do Secretário Municipal de Saúde de Florianópolis
175 Carlos Alberto Justo. Alexandre Fagundes, Coordenador da CIB/SES,
176 parabeniza pela decisão dos Municípios e cita que assume publicamente que
177 **farão a prestação de contas do uso do recurso da Portaria MS 3.896/2021.**
178 Ficou consensuado que o recurso dessa Portaria MS ficará na gestão estadual.
179 Alexandre Fagundes agradece a todos, enquanto gestores, que continuemos
180 construindo uma relação de respeito e cooperação.

181

182 Nada mais havendo a tratar, eu, Lourdes de Costa Remor, lavrei a presente Ata,
183 assinada por mim e pelos Coordenadores.

184

185

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2021.

186

187